



AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS EM EDUCAÇÃO: O PROGRAMA ECOA GESTÃO DO INSTITUTO ALCOA

ErasmO Soares dos Santos [*]; Magda de Abreu Vicente [**]

As práticas do neoliberalismo no sistema educacional brasileiro são um problema que, desde a década de 1990, vem ganhando notoriedade, sobretudo quando tratamos de grandes empreendimentos na região amazônica. Neste caso, o presente estudo tem como referência geográfica a cidade de Juruti, localizada no oeste do estado do Pará, onde se estabeleceu a *Aluminum Company of America* (Alcoa), empresa que faz a extração e exportação do minério da bauxita e que passou a atuar na área da educação. Assim, o objetivo central deste estudo foi compreender como funciona a parceria público-privada entre o Instituto Alcoa (IA) e a Secretaria Municipal de Educação (SEMED-Juruti) no âmbito da gestão educacional. Metodologicamente, o artigo organiza-se a partir da revisão bibliográfica por meio de documentos públicos disponíveis na página oficial do IA, na internet e da análise de Termo de Parceria em 2021.

Palavras-chave: Parceria Público-Privada. Gestão. Instituto Alcoa.

PUBLIC-PRIVATE PARTNERSHIPS IN EDUCATION: THE ALCOA INSTITUTE'S ECOA GESTÃO PROGRAM

ABSTRACT

The neoliberalism practices in the Brazilian Education system are a problem that has been gaining notoriety since the 1990s, especially when it comes to large projects in the Amazon region. In this case, the present study has as its geographical reference the city of Juruti, located in west of the Pará state, where the Aluminum Company of America (Alcoa) was established, a company that extracts and exports bauxite ore and that began working in the education area. Thus, the central objective of this study was to understand how the public-private partnership between the Alcoa Institute (IA) and the Municipal Department of Education (SEMED-Juruti) works within the scope of educational management. Methodologically, the article is organized based on the biographical review using public documents available on the IA's official website and the analysis of the Partnership Agreement in 2021.

Keywords: Public-Private Partnerships. Management. Alcoa Institute.



ASOCIACIONES PÚBLICO-PRIVADAS EN EDUCACIÓN: EL PROGRAMA DE GESTIÓN ECO DEL INSTITUTO ALCOA

RESUMEN

Las prácticas del neoliberalismo en el sistema educativo brasileño son un problema que viene ganando notoriedad desde la década de 1990, especialmente cuando se trata de grandes proyectos en la región amazónica. En este caso, la referencia geográfica para este estudio es la ciudad de Juruti, situada al oeste del estado de Pará, donde se estableció la *Aluminum Company of America* (Alcoa), una empresa que extrae y exporta mineral de bauxita y que ahora actúa en el campo de la educación. El objetivo principal de este estudio fue comprender cómo funciona la asociación público-privada entre el Instituto Alcoa (IA) y el Departamento Municipal de Educación (SEMED-Juruti) en el ámbito de la gestión educativa. Metodológicamente, el artículo se organiza a partir de una revisión bibliográfica a partir de documentos públicos disponibles en la página web oficial del IA y de un análisis del Acuerdo de Asociación 2021.

Palabras clave: Asociación Público-Privada. Gestión. Instituto Alcoa.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo compreender como funciona a parceria público-privada (PPP) entre o Instituto Alcoa (IA) e a Secretaria Municipal de Educação de Juruti-PA (SEMED-Juruti) no âmbito da gestão educacional. Para isso, abordamos o tema a partir da região amazônica, que vem passando por diversas transformações, muitas delas organizadas e gerenciadas por matrizes de “desenvolvimentos” externos às realidades locais. São práticas que, em muitos casos, nos permitem reconhecer as fragilidades do atual sistema econômico e suas implicações tanto na natureza, transformada em “recurso natural”, quanto nas populações, configuradas em consumidoras de tal recurso (Loureiro, 2002).

As parcerias público-privadas vêm sendo tomadas como objeto de análises diversas, sobretudo daquelas preocupadas com os discursos e suas implicações no cenário social, econômico e político. Vários autores, como Peroni e Oliveira (2019), Robertson e Verger (2012), Martins (2016), Costa (2006) e Bentes, Ribeiro e Brasileiro (2018), têm se debruçado em pesquisar esse assunto. Os resultados desses estudos mostram que o Estado, a partir da



última década do século XX, passou por diversas transformações com a finalidade de vencer as crises do capital adequando-se aos aspectos do neoliberalismo e às políticas de cunho “gerencialista” (Strasburg; Corsetti, 2021). Desta feita, abarcam interesses do setor privado que atingem e impactam, em nosso caso a educação pública, onde se estabelece, segundo Ivo e Hypolito (2015, p. 366), “um modelo educacional associado a uma reestruturação do aparelho do Estado, com uma reconfiguração do seu papel”.

Aqui, o entendimento de neoliberalismo é traçado a partir do pensamento de Harvey (2008), “é uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido liberando as liberdades e capacidades empreendedoras individuais (...)” Harvey (2008, p.12). Entretanto, trata-se de um tema complexo que vai muito além da economia, está em presente em vários espaços da sociedade, atingindo, inclusive, a subjetividade, por isso Ball (2014), entende que se trata de um tema complexo que exige cuidado, pois

[...] o neoliberalismo está “aqui dentro” bem como “lá fora”. Ou seja, o neoliberalismo é econômico (um rearranjo das relações entre o capital e o Estado), cultural (novos valores, sensibilidades e relacionamentos) e político (uma forma de governar, novas subjetividades [...]) (Ball, 2014, p. 27).

Posto isso, o “gerencialismo” é a forma de gestão alinhada ao neoliberalismo, e por isso está sempre associado a essa teoria econômica. Por essas vias de pensamento, destaca-se que a partir de 1990, no Brasil, percebeu-se uma “onda” de influências de organismos estrangeiros, dentre os quais o Banco Mundial (BM) passou a influenciar diversos setores da administração pública por meio de parcerias público-privadas, terceirizações e privatizações de serviços que eram de responsabilidade do Estado, impactando, dessa forma, as políticas educacionais (Strasburg; Corsetti, 2021).

Em vista disso, esta pesquisa evidencia a presença de um grande empreendimento minerário liderado por uma multinacional norte-americana, a *Aluminum Company of America* (Alcoa), empresa que faz a extração e exportação do minério da bauxita dos solos de Juruti, uma cidade localizada na região oeste do estado do Pará. Contudo, a atuação da Alcoa não se restringe à exploração do minério, uma vez que por meio do Instituto Alcoa (IA) realiza parceria



público-privada com o setor público municipal, a partir da qual nota-se que as ações dessa empresa estão presentes em vários âmbitos da sociedade local, desde o social ao educacional.

Trata-se de um estudo qualitativo com abordagem bibliográfica e documental que analisou o Termo de Parceria acordado entre a SEMED-Juruti e o IA em 2021 e documentos disponíveis no site oficial do IA. Sobre esse tipo de fonte Bacellar (2010, p. 63) alerta que, ao trabalhar com documentos, o pesquisador precisa estar ciente de que todo documento foi produzido em um contexto histórico, temporal, e por isso carrega consigo a opinião de quem o escreveu; logo, “boa dose de desconfiança é o princípio básico a nos orientar nesses momentos”.

AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS E A NOVA GESTÃO PÚBLICA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Estudos referentes às parcerias público-privadas (PPPs) vêm sendo objeto de análises diversas, sobretudo aquelas preocupadas com os discursos e suas implicações no cenário social, econômico e político. Costa (2006) leciona que o surgimento das parcerias público-privadas ocorreu, inicialmente na Inglaterra, em meados da década de 1990,

Com um Programa Governamental de Incentivo ao Investimento Privado no Setor Público – *Private Finance Initiative (PFI)*. A partir de então, os demais países do Reino Unido e, em sequência, Canadá, Portugal, Chile, Itália, Alemanha, África do Sul, dentre outros e com sucesso, implementaram semelhantes programas (Costa, 2006, p. 1).

Robertson e Verger (2012, p. 1139) ratificam que “as ‘parcerias’ surgiram no início de 1990 como um promissor mecanismo para minimizar os danos causados por formas anteriores de privatização, ainda que sem abandoná-las”. No contexto brasileiro, Santos (2017) lança luz sobre o passado e revela a origem embrionária das PPPs no período do Império, quando o termo “concessão” era utilizado de forma velada, como estratégia para esconder a relação do privado com o Estado:

Quanto às origens, podemos afirmar que as parcerias público-privadas não são instrumentos novos no Brasil, mas antes eram específicas para determinadas



áreas, e não se utilizava estes termos, pois foi D. Pedro II (1840-1889) quem deu abertura para tal processo denominado de “concessão” na área de infraestrutura do País. Em 1835, conforme publicação do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, o Governo Imperial estabeleceu na Lei n.º 101, um modelo “concessório”; oferecendo determinadas vantagens às empresas que se comprometessem a construir estradas de ferro, porém isto não conseguiu despertar o interesse empresarial, porque não consideravam um negócio lucrativo, que pudesse compensar seus investimentos (Santos, 2017, p. 10).

Diversas são as opiniões que emergem sobre o entendimento do conceito das PPPs. Para Bentes, Ribeiro, Brasileiro (2018, p. 117), “parceria público-privada é um contrato organizacional [...] onde o sujeito privado executa uma obra pública ou presta um serviço público”. Atrelado a essa ideia, Packer e Ghisleni (2014, n.p.) asseveram que “em sentido estrito, por parceria-público privada podemos compreender o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa, instituída na Lei n.º. 11.079 de 30 de dez. de 2004”. Para Costa Neto (2008), por sua vez:

As PPPs podem ser definidas como uma “colaboração” entre o Parceiro Público e Privado, para juntos, convergindo esforços, solucionarem problemas, referentes aos serviços de infraestrutura, de segurança, de saúde, educação, etc., com maior qualidade, dentro do prazo e do orçamento para a sociedade como um todo (Costa Neto, 2008, p. 12).

Brito e Silveira (2005, p. 14) apreendem que a PPP é o “contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa”, cuja diferença entre esses dois tipos de parceria pode ser mais bem explicada em suas palavras:

[...] concessão patrocinada é a concessão de serviços ou obras públicas de que trata a Lei no 8.987/1995 quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, complementação de receita pela autoridade pública em forma de contraprestação pecuniária; concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a administração pública seja usuária direta ou indireta, cabendo a ela o pagamento integral ao parceiro privado (Brito; Silveira, 2005, p. 14).



Tratando-se do setor educacional, Martins (2016) e Pires e Peroni (2019) destacam que já é antigo o estabelecimento, no âmbito educacional, de parcerias e alianças entre a gestão pública e grupos empresariais. As parcerias público-privadas na educação (PPPEs) tiveram uma rápida expansão e permitiram que atores privados tomassem diversas decisões que interferem no direcionamento e na “definição de políticas, ofertas de educação, fiscalização e gestão escolar” (Robertson; Verger, 2012, p. 1134). Nesse sentido, podemos notar que as autoras divergem das afirmações de Costa Neto (2008, p. 12), uma vez que o nome “parceria”, por ele indicado, traz uma ideia de decisão conjunta, mas, como mostraremos a seguir, a “parceria” representa muito mais uma transferência de recursos públicos, de decisões e de gestão para o setor privado do que um “momento coletivo de decisões dos problemas”.

Nesse cenário de avanços de atores não estatais na governança da educação, nos fica evidente que não se trata apenas de administrar os serviços educacionais, mas da preparação de tipos específicos de cidadãos que atendam, preferencialmente, às necessidades do mercado. E mais do que isso, trata-se de fazer das políticas de educação uma indústria para atender a grupos específicos. No universo da educação, conforme o entendimento de Rikowsky (2017), a privatização é tratada de tal modo que o Estado geralmente não renuncia à propriedade, ou seja, a educação permanece representada como pública, entretanto, são as instituições de domínio privado que assumem sua gestão e, até mesmo, seus conteúdos. Para esse teórico, existem duas formas de privatização, a saber:

[...] Privatização Clássica, como exemplificado na privatização do regime Thatcher de serviços públicos (por exemplo, gás, eletricidade e água) no Reino Unido, na década de 1980. Isso também pode ser visto como privatização “direta”. Envolve a venda de ativos públicos diretamente para alguma combinação de empresas, grupos de investidores e investidores individuais. Na segunda forma de privatização, a transferência da propriedade dos ativos do setor público para o privado não ocorre. Em vez disso, a propriedade absoluta das instituições educacionais é evitada e o controle sobre elas vem à tona. Isto é o que eu chamei em outro momento (Rikowski, 2003) de “a tomada de controle sobre a educação por parte das empresas”, em oposição à sua privatização direta (Rikowski, 2017, p. 399).



Em vista disso, a “privatização” do setor educacional não significa a tomada de propriedade, mas que o serviço passa a ser controlado por alguém do setor privado. O Estado, portanto, transfere suas obrigações e modifica a consubstanciação de seus afazeres (Shiroma; Evangelista, 2014). A educação, nessa perspectiva, “permanece como atividade essencial e de direito público subjetivo por lei, porém esse espírito de mudanças também será percebido e propagado para o setor” (Strasburg; Corsetti, 2021, p. 1009).

Posto isso, é importante esclarecer que a partir de 1990, no Brasil, houve uma “onda” de influências de organismos estrangeiros, dentre os quais se sobressai o Banco Mundial (BM), que além de disponibilizar empréstimos financeiros para os países periféricos, passou a influenciar, a partir de documentos norteadores, diversos setores da administração pública, inclusive o educacional. Nessa onda de influências, por meio das parcerias público-privadas, aconteciam as terceirizações e privatizações de inúmeros serviços que outrora eram de responsabilidade do Estado, impactando, por essas vias, as políticas educacionais internas (Strasburg; Corsetti, 2021).

Para Ribeiro (2017), os instrumentos que norteiam as ações de organismos internacionais, a exemplo do BM, podem ser resumidos em:

[...] investimentos em pesquisas; elaboração de diagnósticos sobre diversas áreas das realidades locais; produção de comparativos entre os países, detectando as problemáticas; orientações sobre a forma de atuação dos estados e governos; firmação de acordos, tratados, protocolos e outras formas de estabelecimento de parcerias; proposições corretivas para alavancar o desenvolvimento das nações, geralmente já experimentadas em outros lugares do mundo; financiamento de políticas sociais, dentre outros (Ribeiro, 2017, p. 42).

Segundo Decker e Evangelista (2019), para o contexto brasileiro, além de ser um exportador de capital financeiro, o BM também se tornou um exportador de políticas, pois na última década do século XX, momento em que estava acontecendo a reforma administrativa do Estado, o país passou a ser o maior cliente desse Banco. Para essas autoras, por trás de todo esse arcabouço criado pelo BM, há outros interesses que vão muito além da oferta de dinheiro, uma vez que:

Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 34, n. 1, p. 1-26, e-rte331202502, 2025.



O projeto do Banco atribui à educação escolar a responsabilidade pelo crescimento econômico e a redução da pobreza, legitimando o desenvolvimento da escolarização numa perspectiva meritocrática, instrumental e de formação de capital humano para atendimentos às demandas do capital (Decker; Evangelista, 2019, p. 4).

Entre tantas funções que são atribuídas à escola, fica evidente que, para o BM, a educação e toda sua função social estão diretamente atreladas aos anseios do mercado. Nessa direção, a escola consiste em um espaço visto como promissor pela iniciativa privada e, nessa perspectiva, “a educação passou a ser pensada, planejada e regulada por centros de poder em consonância com o desenvolvimento do capital” (Decker; Evangelista, 2019, p. 4) e dos princípios do neoliberalismo, como veremos a seguir.

As transformações que ocorreram nas últimas décadas do século XX colocaram em xeque o modo como o Estado vinha sendo gerido em vários países desde o pós-guerra. Os críticos do Estado burocrático-profissional defendiam a reestruturação do Estado e, conseqüentemente, a inserção de um novo modelo de administração, que ficou conhecido como Nova Gestão Pública (NGP) (*New Public Management*), ou gestão gerencialista (Hypolito, 2008; Ivo; Hypolito, 2017; Newman; Clarke, 2012). Abarcando orientações do setor privado, o gerencialismo, ao passo que propaga discursos que se tornam hegemônicos e eleva a gestão gerencialista a um patamar superior em relação à gestão pública, desclassifica os serviços prestados pelo Estado, que passa a ser visto como improdutivo (Ribeiro, 2017).

Quanto às suas origens, Cavalcante (2018, p. 17), afirma que a “NGP surge, com maior ênfase, nos países anglo-saxões a partir de um conjunto de ideias acerca das deficiências do modelo burocrático clássico dominante nos governos ocidentais e da necessidade de respostas à crise fiscal dos anos 1970”. De forma sintetizada, a NGP – também chamada de administração pública gerencial – apresentou e continua a imbuir no seio da administração pública, uma série de propostas com a finalidade de reorganizar a estrutura do aparelho estatal em resposta à chamada crise de Estado de bem-estar social, com a justificativa de alcançar resultados expressivos.



Segundo Cavalcante (2018, p. 18), a NGP está organizada em duas fases: “a primeira, iniciada no fim dos anos 1970 e proliferada a partir da década seguinte, tinha como perspectiva central a necessidade de as organizações do setor público adaptarem-se e funcionarem aos moldes da iniciativa privada”. Quanto a essa primeira fase, Cavalcante (2018) afirma que o argumento dos reformadores tinha como foco central a imersão do modelo privado na gestão pública e, conseqüentemente, as privatizações e terceirizações, já que o Estado era visto como ineficiente, inoperante e burocrático. Em sua segunda fase, a NGP

[...] caracteriza-se pelo fato de que o enfoque das iniciativas reformistas pela busca por eficiência e redução de gasto é complementado pela priorização da qualidade dos serviços prestados, pelo empoderamento do cidadão no processo de escolha de serviços via competição entre os órgãos e por *accountability* e transparência (Cavalcante, 2018, p. 18).

Nesse ponto da NGP, as políticas, que até então eram de responsabilidade do Estado, passam a ser “compartilhadas” e executadas por organizações da sociedade civil e por atores do setor privado, inclusive as educacionais. Em análise das políticas educacionais de cunho neoliberal, Hypolito e Leite (2012) apontam seus principais campos de atuação. São eles:

a) nas políticas de formação docente, campo em que surgiram novas diretrizes curriculares, com redefinições das agências formadoras, com financiamento e incentivo de modalidades não tradicionais (programas especiais, EAD, cursos semi-presenciais); b) na implementação de modelos de avaliação, com ênfase em avaliações de larga escala, com exames e indicadores baseados em critérios economicistas; c) no direcionamento a modelos de gestão mimetizados das novas formas capitalistas de organização da produção, também denominadas modelos pós-fordistas ou modelo gerencialista; d) nas políticas curriculares, definidas por parâmetros e competências, o que deve ser verificado pelos exames de avaliação e pelos resultados projetados; e) no incentivo a formas de "financiamento e administração características das parcerias público-privado, próximas das relações do que vem sendo definido como quase-mercado; f) na precarização do trabalho docente, mais evidente na intensificação do trabalho, nas contratações temporárias, na redução da autonomia pedagógica e no controle externo sobre o trabalho (Hypolito; Leite, 2012, p. 137).



A NGP é fortemente consolidada nos preceitos neoliberais e, por isso, percebe-se toda uma defesa do neoliberalismo, que se apresenta como modelo econômico efetivo para o atual momento do capitalismo. Sob tal perspectiva, diversas são as implicações que atingem o trabalho de professores/as e diretores/as de escolas públicas. Hypolito (2011, p. 74) aponta que a NGP “atingiu a formação, o processo de trabalho, a organização escolar, a gestão, o currículo, submeteu as escolas ao mercado, precarizou e intensificou o trabalho docente”.

É importante apresentar a figura do gestor que passou a ser visto como um “herói”, segundo afirmam Newman e Clarck (2012), pois teria, ou tem, o “poder” de transformar as instituições fracassadas em instituições de excelência e com ótimos resultados. No cenário educacional recai sobre o trabalho do/a gestor/a escolar a “implantação de metas, índices, resultados, avaliação. Em especial, os modelos de avaliação em larga escala e as políticas de prestação de contas, bônus de gratificação, parcerias público-privadas, terceirização e outras formas de gerência na busca da qualidade do sistema escolar” (Ivo; Hypolito, 2017, p. 792).

O cumprimento dessas metas está atrelado aos princípios da gestão gerencial, e embora elas apresentem características da gestão democrática, na prática o que se percebe é o individualismo, a competitividade, a terceirização e outras formas de gerência que reforçam as desigualdades existentes no país.

O INSTITUTO ALCOA: ORIGEM E ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JURUTI-PA

Para mergulharmos na história do IA faz-se necessária uma analogia com a história da mineradora Alcoa, pois ambos estão interligados. A Alcoa é uma empresa que possui origem nos Estados Unidos da América, fundada em 1888 por Charles Martin Hall (*Our History*, s.d.). No Brasil, a história da Alcoa começa em Poços de Caldas-MG, no ano de 1965. Atualmente, além de atuar em Minas Gerais, a Alcoa possui unidades produtivas nos estados de São Paulo e Maranhão. Em Juruti-PA, adquiriu direitos de fazer exploração da mina de bauxita no ano de



2000 e em 2009 começou a fazer as primeiras explorações em meio a vários conflitos com a comunidade local (Canto et al., 2015).

Conforme consta em sua página na internet, em 1952 a Alcoa criou uma fundação com a intenção de destinar recursos financeiros a serem investidos em suas zonas de atuação em vários lugares do globo. Esse fundo recebeu o nome de *Alcoa Foundation (About Alcoa Foundation, s.d.)*. Em 2022, em celebração aos seus 70 anos, “a *Foundation* organizou mais de 12 repasses no valor de 10 mil dólares para organizações nas comunidades da Alcoa. [...] Poços de Caldas (MG), São Luís (MA) e Juruti (PA)” (Alcoa, 2022, n.p.). Desde a criação da *Foundation*, esses recursos tinham destinos certos, mas com o passar do tempo, a

[...] Fundação foi transformando sua forma de atuação. Durante suas duas primeiras décadas de operação, por exemplo, a *Foundation* se concentrou em melhorar o sistema educacional nos Estados Unidos. Mais tarde, começou a doar para comunidades no exterior e expandiu seu foco para incluir questões ambientais. Atualmente o foco prioritário são nas áreas de educação, desenvolvimento de habilidades e proteção ambiental, além de contribuições em casos de calamidade (Alcoa, 2022, n.p.).

Fica evidente que o setor educacional é nicho de atuação da Alcoa a partir do seu instituto, conforme será discutido neste trabalho. O contexto da década de 1990 no Brasil é de extrema importância para falarmos da constituição do IA. Naquele período estava acontecendo em nosso território o que Casimiro (2020, p. 28) chama de “ocidentalização da sociedade civil brasileira”. Nesse cenário, segundo o autor, houve um crescimento elevadíssimo do número de instituições privadas atuantes em vários setores da sociedade e com finalidades diversas, conforme se percebe nas palavras de Casimiro (2020, p. 29): “vemos que essas organizações são de naturezas muito variadas. Envolve desde instituições hospitalares até instituições educacionais e religiosas”.

Foi nesse panorama que surgiu, nos anos 1990, o IA – ou Instituto Cultural e Filantrópico Alcoa, como era conhecido naquele momento. O IA se apresenta como uma instituição privada e sem fins lucrativos criada pela Alcoa do Brasil. Nos dizeres de Galhardo e Namba (2012), que em 2012 trabalharam no escritório da Alcoa em São Paulo, há um motivo



para a criação de um instituto por parte da Alcoa: “o Brasil é um país com diversidade de povos, culturas, línguas, além de ser um país em desenvolvimento e, por isso, possui uma grande quantidade de problemas sociais, estruturais e ambientais” (Galhardo; Namba, 2012, p. 16).

Por possuir fundo próprio para investir nas localidades onde a Alcoa está presente, o instituto afirma ter a missão de “promover coletivamente a educação e o desenvolvimento dos territórios” (Sobre o Instituto, s.d.) nos quais atua e “acredita que a educação é o fator central para o desenvolvimento do país e a diminuição das desigualdades e impacta diretamente todos os setores da sociedade” (Instituto Alcoa, 2019, p. 24). O quadro abaixo apresenta os membros que compõem o seu Conselho Consultivo:

QUADRO 1 – Conselho de Administração do Instituto Alcoa

Presidente	Otavio Carvalheira
Membros	Fabio Abdala Genesis Costa Helder Teixeira Michelle Shayo Rosa M. G. Piñeiro Walmer Rocha

Fonte: Instituto Alcoa (2019)

A presidência do IA, também chamada de Conselho Consultivo, é composta por pessoas que ocupam espaços extremamente importantes no quadro de colaboradores da mineradora Alcoa. De acordo com Galhardo e Namba (2012, p. 17), “Todos os funcionários que trabalham no Instituto são contratados da Alcoa e recebem seus salários via empresa, não retirando nada da verba da *Alcoa Foundation* nem do Instituto, pois a verba da *Foundation* é destinada integralmente para os investimentos nas comunidades”.

Desde 2016 Otavio Carvalheira, por exemplo, atua como presidente da Alcoa no Brasil. Representa, portanto, nas esferas nacional e local, os interesses desse empreendimento minerário que passou a influenciar as políticas locais, inclusive as educacionais. Ao se manifestar sobre a missão do IA na área educacional, Otavio acredita:

[...] que organizações como o Instituto terão espaço cada vez maior, ao mesmo tempo com o desafio de manter claramente a distinção entre o que é o papel

Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 34, n. 1, p. 1-26, e-rte331202502, 2025.



do investimento social privado e o que precisa ser encampado pelos governos nas diversas esferas. Temos adequado a nossa atuação nesse sentido. Quando o Instituto coloca como um dos seus pilares o apoio à melhoria da qualidade da educação, é um trabalho em parceria com as secretarias municipais de educação, colaborando para que elas se desenvolvam. Então, os investidores sociais privados precisam caminhar junto com o poder público para continuar tornando o ambiente no Brasil propício para que outras empresas e organizações continuem a investir, gerar resultados e, ao mesmo tempo, alavancar mais iniciativas (Instituto Alcoa, 2019, p. 12).

Nesse ínterim, Scherer, Nascimento e Cossio (2020) concordam que o que está em jogo são as decisões, essencialmente tomadas por atores privados e agências internacionais, acerca dos encaminhamentos das políticas de educação. São pessoas e organismos que:

Com sua capacidade de poder e pressão e pelo dinheiro com que contam, eles fornecem suporte material e financeiro, bem como cooperação técnica, além de desenvolverem tarefas cruciais de coleta e organização de dados, produção de indicadores, comparações, interpretações e diagnósticos, formando recursos humanos e quadros de trabalho e disseminando ideias e opiniões como vias rápidas para transferir e difundir um modelo de sociedade e, assim, de educação (Scherer; Nascimento; Cossio, 2020, p. 6).

Dentre sua atuação é possível constatar que o IA propaga a área educacional como prioridade em seu campo de atuação, conforme observa-se a seguir:

O Instituto Alcoa desenvolve e apoia uma série de iniciativas em duas causas estruturantes para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e menos desigual – ampliação da Educação pública de qualidade, sobretudo no Ensino Fundamental, e Geração de Trabalho e Renda – além do incentivo a uma maior participação social e ao diálogo como forma de mobilização para o engajamento das comunidades (Nossos programas, s.d.).

Considerando seus interesses na área educacional, em 2014 o IA criou o Programa Ecoa, seu principal programa. A seguir faremos uma caracterização desse Programa e seus desdobramentos.



O PROGRAMA ECOA E SUAS RAMIFICAÇÕES EM ECOA GESTÃO E ECOA FORMAÇÃO

O Programa Ecoa – o principal programa do IA – existe desde 2014. Inicialmente, o Ecoa tinha por finalidade estimular a participação das comunidades para “a construção de sociedades sustentáveis, por meio de processos de educação socioambiental voltados para valores humanos, conhecimentos, habilidades e atitudes” (Instituto Alcoa, 2016, p. 10). Desde a sua origem o IA atuou no âmbito das escolas dos municípios onde a mineradora Alcoa está presente, desenvolvendo diversos projetos e ações na área educacional. Contudo, a partir de 2020 o Programa Ecoa foi reestruturado pelo IA e passou a apresentar um novo formato de trabalho para desenvolver junto às Secretarias de Educação de suas zonas de atuação.

A justificativa apontada pelo IA para as transformações em seu formato de trabalho a partir de 2020 foi de que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) das escolas dessas regiões ainda se defrontava com sérios desafios (Instituto Alcoa, 2020). Dessa forma, o Programa Ecoa foi modificado e passou a atuar em duas frentes de trabalho, a saber: o Ecoa Gestão e o Ecoa Formação. Essa primeira frente foi executada pela empresa Interação Urbana, e ofereceu formação aos/às técnicos/as da SEMED-Juruti, gestores/as e coordenadores/as das escolas municipais, e a segunda, pelo Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), que oferecia formação para professores/as do 5º ano do Ensino Fundamental, com foco nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

Em 2020 a Interação Urbana declarou publicamente que a educação pública do Brasil atravessava uma série de obstáculos na área da gestão dos recursos públicos, inclusive os das Secretarias de Educação e das escolas. Em face do que foi dito, a empresa apresentava-se com potencial de superar esses obstáculos por intermédio de alguns serviços, tais como planejamento estratégico da Secretaria de Educação, formação em gestão escolar, planos de gestão, monitoramento dos planos de gestão e formação de professores em Língua Portuguesa e Matemática (Interação Urbana, 2020).



Para a efetivação desses serviços, o Ecoa Gestão, junto às Secretarias de Educação dos territórios de atuação da Alcoa, realizou-se em duas etapas: “a elaboração do planejamento estratégico das secretarias e ações e propostas para promover o fortalecimento da gestão de unidades escolares” (Instituto Alcoa, 2021, n.p.). Nessa direção, a frente de trabalho denominada Ecoa Formação, executada pelo Cenpec, foi organizada em quatro eixos, a saber: formação em avaliação, Língua Portuguesa e Matemática, buscando a construção de uma rede em espiral; assessoria técnica para a implementação de políticas públicas; criação de tecnologia educacional, com o intuito de disseminar dados educacionais; e produção e disseminação de conhecimento, de forma a articular teoria e prática (Castro, 2021, n.p.).

Segundo o Cenpec, esses eixos de trabalho consistiam em uma espécie de “receita” de como ele vinha atuando no combate às desigualdades para garantir equidade na educação (Castro, 2021). Para Ball (2014, p. 59), essa ideia é comum entre as organizações do Terceiro Setor, isto é, fazer do “mercado” a solução para os problemas sociais e econômicos. Ainda de acordo com Ball (2014, p. 65), “na educação, há um currículo neoliberal de reforma” e, nessa perspectiva, “o setor privado seria o modelo a ser imitado, e o setor público empreendido a sua imagem”. Segundo esse teórico, no contexto brasileiro percebe-se a presença constante de institutos que trabalham com afinco para mudar a percepção pública sobre as mazelas sociais, o que inclui a educação. Dessa forma, segundo Peroni e Caetano (2015), nota-se que:

As ações empresariais, no campo da educação, desenvolvem práticas que promovem a síntese entre o interesse individual e o interesse geral. Elas não interferem nos interesses econômicos, nem se opõem ao Estado, pelo contrário, atuam através e com o Estado, modificando a cultura organizacional, visando que o Estado aprenda com as qualidades do setor privado a flexibilidade, a inovação, a eficiência e a eficácia – ou seja, os valores do mercado (Peroni; Caetano, 2015, p. 347).

Nessa esteira, e em sintonia com as autoras, é possível concluir que essas organizações, a exemplo do Cenpec, estão cada vez mais garantido espaços de poder com a finalidade de defender seus próprios interesses, interferindo, inclusive, nas tomadas de decisões do poder público, fato esse que vem ocorrendo no município de Juruti-PA. Neste, a aliança entre os



setores público e privado – a SEMED-Juruti e o IA, respectivamente – se concretizou por meio de assinatura do Termo de Parceria, celebrado anualmente entre as partes. É nesse documento que consta o número de escolas participantes do Programa Ecoa Gestão e as obrigações dos envolvidos na parceria.

Ao pesquisador foi disponibilizado apenas o Termo de 2021, objeto desta análise, assinado pelo secretário de educação de Juruti e pelo presidente do IA. Portanto, as informações do Quadro 2 são referentes ao ano de 2021.

QUADRO 2 – Escolas participantes do Programa Ecoa Gestão em 2021

Nº	Unidade Escolar	Localização
01	EMEIF João Silva Mascarenhas	Z. rural
02	EMEF José Roberto Pimentel	Z. rural
03	EMEIF José Maria da Silva	Z. rural
04	EMEF Getúlio Vargas	Z. rural
05	EMEIF Grigório Araújo	Z. rural
06	EMEF Teófilo Batista de Lira	Z. rural
07	EMEF Maria da Silva Pereira	Z. urbana
08	EMEF Batista Dilma Roosli	Z. urbana
09	EMEIF M ^a da Saúde Pinheiro Cunha	Z. urbana
10	EMEIF Rosa de Saron	Z. urbana
11	EMEIF Vilma Guimarães de Oliveira	Z. rural
12	EMEIF Mario Francisco Ribeiro	Z. rural
13	EMEIF Manoel Teixeira	Z. rural
14	EMEIEF Maria Madalena	Z. rural
15	EMEIF Terezinha da Silva Pimentel	Z. rural

Fonte: Termo de Parceria (2021) celebrando entre o IA e a SEMED-Juruti

Mediante as informações do quadro acima, percebe-se que em 2021 quinze escolas aderiram à formação proposta pelo IA. Contudo, vale dizer que a parceria que ora apresentamos teve início ainda em 2020 e perdurou até 2022, portanto, há a hipótese de que esse número seja ainda maior, já que, conforme mencionamos, só tivemos acesso ao Termo celebrado em 2021. O quadro a seguir trata das responsabilidades das partes envolvidas na parceria.

Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 34, n. 1, p. 1-26, e-rte331202502, 2025.



QUADRO 3 – Responsabilidades dos envolvidos no Programa Ecoa Gestão

Responsabilidades do interveniente anuente	<ul style="list-style-type: none">• Promover o programa Ecoa Gestão em localidades onde a Alcoa está presente;• Coordenar as atividades do Programa Ecoa Gestão e equipe gestora da Interação;• Divulgar as ações do Programa Ecoa Gestão junto à comunidade, ao município e a outros públicos de interesse;• Promover o acompanhamento e avaliação do Programa, por intermédio do Representante de Relações Comunitárias da localidade.
Responsabilidades da Interação Urbana	<ul style="list-style-type: none">• Elaborar e implementar os planos de atividades de formação a serem desenvolvidos;• Realizar os 2 (dois) módulos do Curso de Formação de gestores escolares;• Acompanhar e orientar as visitas às unidades escolares envolvidas no programa de formação dos gestores escolares (conforme condições sanitárias do município);• Fornecer os certificados para os gestores que participaram do Curso de Formação, com assinaturas e logomarcas da Interveniente Anuente, do Município e da Interação Urbana;• Sensibilizar os gestores da Secretaria Municipal de Educação para o Programa Ecoa Gestão;• Organizar os calendários das oficinas de Planejamento da Secretaria Municipal de Educação e monitoramentos dos Planos de Ação.
Responsabilidades da SEMED-Juruti	<ul style="list-style-type: none">• Divulgar o Programa Ecoa Gestão, exclusivamente como iniciativa do Interveniente Anuente, junto à Rede Municipal de Ensino;• Apoiar as escolas previamente selecionadas para participar do programa;• Convocar equipe de gestão (diretor e coordenador pedagógico) de cada uma das escolas selecionadas para o Programa;• Selecionar um ou mais membros da equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação para acompanhar as ações de formação dos gestores, calendário, visita às unidades escolares e preparação dos encontros em parceria com o formador da Interação Urbana;• Assegurar a participação dos educadores inscritos nos dois módulos de formação do programa, bem como acompanhar a presença durante dos 2 (dois) módulos, por meio de lista de presença: elaborar uma lista semestral em ordem alfabética com todas as datas previamente agendadas e socializar o controle de presença ao final de cada encontro e ao final de cada um dos módulos;• Promover uma apresentação formal do Programa Ecoa Gestão, iniciativa do Interveniente Anuente, aos diretores ou gestores das unidades escolares participantes;



- | | |
|--|---|
| | <ul style="list-style-type: none">• Disponibilizar uma sala ou espaço adequado com cadeiras, computador, projetor, recurso para som e vídeo e ar-condicionado para a realização presencial (conforme condições sanitárias do município) ou assegurar acesso à formação virtual, por meio de internet local;• Dar devido crédito ao Programa Ecoa Gestão / Instituto Alcoa em todo o material de divulgação do Programa (entrevistas, artigos de jornal, folhetos, cartazes). |
|--|---|

Fonte: Elaborado pelos autores (2023) com base no Termo de Parceria (2021).

Como podemos perceber pelo Termo (2021) assinado entre as partes, parece que havia uma relação desigual entre seus proponentes, relação essa consolidada quando o ente público e o privado concordam em assiná-la, tornando-os ambos responsáveis por seu conteúdo. Assim, notamos que a municipalidade ficou responsável por promover o curso, fornecer infraestrutura para o seu funcionamento, realizar visitas nas escolas selecionadas, divulgar e, inclusive, como explícito no Termo (2021, n.p.), “dar devido crédito ao Programa Ecoa Gestão / Instituto Alcoa em todo o material de divulgação do Programa”.

Tais expressões nos fazem refletir sobre o que se configuraria em dar o “devido crédito” ao programa, pois esse parágrafo implicitamente afirma que o programa já teria créditos e méritos mesmo que ainda não tivesse sido aplicado e avaliado. Ou seja, antes de o programa ser colocado em ação, a municipalidade deveria se comprometer com a divulgação de uma suposta qualidade, ainda não aferida na prática. É no mínimo estranho que as partes tenham concordado em assinar esse tipo de planejamento.

A mediação para tratar da parceria entre a SEMED-Juruti e o IA aconteceu por meio de uma funcionária da mineradora Alcoa, cuja função consistia em estabelecer uma boa relação com as comunidades locais para tratar assuntos que, geralmente, tinham por objetivo “aproximá-las” da Alcoa.

É importante salientar que, segundo o documento, a parceria seria realizada porque o município de Juruti tinha “interesse em fortalecer o ensino público municipal e oferecer aos gestores educacionais e escolares, formação em gestão” (Termo, 2021, n.p.). Ainda de acordo com o referido documento, os objetivos da parceria visavam:



Apoiar no fortalecimento do ensino público municipal das escolas públicas de Juruti-PA; implantar o Planejamento Estratégico na Secretaria Municipal de Educação do município; Monitorar o Planejamento Estratégico da Secretaria Municipal de Educação do município; Promover o desenvolvimento das competências profissionais dos gestores; Discutir, analisar e refletir sobre as práticas da organização da gestão escolar na reelaboração do PPP para a implantação da BNCC; Revisar e acompanhar Plano de ações organizado com a equipe gestora das oito escolas selecionadas para o Programa no município de Juruti no ano de 2020; (essas escolas foram apresentadas no quadro 2); Elaborar Plano de Ações de gestão escolar implantado em 12 (doze) escolas para participarem do Programa Ecoa Gestão estruturado no município (essas doze escolas foram selecionadas para participar da parceria no ano de 2021, e estão indicadas no quadro 2) e Garantir a manutenção e sequência do projeto independente da mudança de governo (Termo, 2021, n.p.).

Mediante o exposto, percebe-se que o Ecoa Gestão se propôs a orientar e fiscalizar a construção de um Planejamento Estratégico da SEMED-Juruti e das escolas participantes da formação. Outro ponto que chama a atenção é o desejo do IA de perpetuar suas ações no cenário público, pois todos os projetos e ações construídos com a SEMED-Juruti deveriam ter continuação, independentemente das mudanças que acontecessem na gestão municipal. Ao mesmo tempo, percebe-se o interesse da Alcoa em interferir não só na gestão escolar, mas nos próprios procedimentos pedagógicos e na implementação das políticas, a exemplo do Projeto Pedagógico alinhado à BNCC. Laval (2019, p. 30) entende que o objetivo principal nesse tipo de parceria é “a perda progressiva de autonomia da escola, acompanhada de uma valorização da empresa, que é elevada ao ideal normativo”.

Entre as atividades que aparecem no documento como sendo de responsabilidade do IA, um ponto chama a atenção: “Reuniões online ou presenciais (conforme condições sanitárias do município) de monitoramento com as equipes gestoras do Planejamento da SEMED de modo a fazer correções de rumos, colocar em práticas mecanismos de cobrança e controle” (Termo, 2021, n.p.). Ainda de acordo com o documento, após a construção de um plano considerado estratégico, aconteceriam reuniões periódicas de monitoramento, cobrança e controle para fiscalizar seus efeitos, tanto na SEMED quanto nas escolas de Juruti.

Há, em nosso entendimento, perda de autonomia desses atores que gerem a educação pública de Juruti. Esse modelo de atuação, segundo Comerlato (2021), gera um descompromisso com a educação pública, pois há, na educação, problemas graves que precisam ser superados. Tratando-se da realidade local, esses problemas foram evidenciados pelos/as gestores/as com quem dialogamos nesta pesquisa.



Essa concepção de educação, segundo Comerlato (2021),

[...] está descomprometida com os processos democráticos de construção do sujeito histórico-social, buscando no máximo adequar a educação às exigências do mercado, sem enfrentar os verdadeiros problemas sociais. Devido ao fato de a sua concepção de educação estar estruturada apenas a partir de referenciais estratégicos e operacionais, voltados a resultados e a alinhamentos para o sucesso, sua atuação se reduz ao adestramento e ao doutrinamento dos sujeitos (Comerlato, 2021, p. 176).

Para Oliveira (2021), a gestão gerencialista, contrária à gestão democrática, surge sabendo exatamente o que quer, encontrando maneiras de ter controle sobre as instituições escolares desrespeitando, inclusive, a autonomia pedagógica dos/as profissionais que atuam nesses espaços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de uma pesquisa bibliográfica e documental, este estudo buscou evidenciar como se dá a parceria público-privada entre o Instituto Alcoa (IA) e a Secretaria Municipal de Educação de Juruti-PA (SEMED-Juruti). Para tanto, foram analisados o Termo de Parceria, assinado em 2021 pelas partes envolvidas, e documentos de acesso público, disponíveis na SEMED-Juruti e no site oficial do IA.

Na análise do Termo de Parceria percebemos que embora a SEMED-Juruti tenha tido acesso a esse documento antes de sua assinatura, as obrigações das partes já vieram previamente definidas pelo IA. Esse fato, de acordo com Comerlato (2013), revela uma postura passiva por parte da SEMED-Juruti. Ainda de acordo com o Termo (2021, n.p.), a parceria aconteceu porque a SEMED tinha “interesse em fortalecer o ensino público municipal e oferecer aos gestores educacionais e escolares, formação em gestão”.

Por meio de documentos públicos verificamos que a área de atuação do instituto era abrangente e ocorria por meio do Programa Ecoa, que existe desde 2014. Em sua gênese, o foco do Programa Ecoa era de trabalhar Educação Ambiental nas áreas de atuação da mineradora



Alcoa, no entanto, a partir de 2020 a parceria construída com a SEMED-Juruti buscou oferecer formação continuada para professores/as, técnicos/as da SEMED, coordenadores/as e gestores/as das escolas da rede municipal. Para tanto, o Programa Ecoa foi reestruturado e passou a atuar em duas frentes de trabalho, a Ecoa Formação e a Ecoa Gestão.

A frente de trabalho denominada Ecoa Formação, que contou com o apoio do Cenpec, consultoria contratada pelo IA, ficou encarregada de oferecer formação continuada aos/as professores/as de 5º ano do Ensino Fundamental, com foco nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Já a frente de trabalho Ecoa Gestão se encarregou da formação dos/as técnicos/as da SEMED-Juruti, coordenadores/as pedagógicos/as e diretores/as das escolas da rede municipal. Para tal objetivo, o IA contratou a assessoria da empresa Interação Urbana.

REFERÊNCIAS

ABOUT ALCOA FOUNDATION. **Alcoa**, [S. d.]. Seção Sustainability – Alcoa Foundation. Disponível em: <https://alcoa.com/foundation/en>. Acesso em: 21 abr. 2024.

ALCOA. **Entre conquistas e aprendizados, Alcoa Foundation celebra 70 anos**. 21 dez. 2022. Seção Instituto Alcoa – Conhecimento. Disponível em: <https://alcoa.com/brasil/pt/institute/news/2022/12/entre-conquistas-e-aprendizados-alcoa-foundation-celebra-70-anos&year=y2022>. Acesso em: 11 jan. 2024.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 23-79.

BALL, Stephen. **Educação Global S.A.:** novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Tradução Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

BENTES, Naira Kaline Mendonça dos Santos; RIBEIRO, Vanuza Campos; BRASILEIRO, Tania Suely Azevedo. A participação da comunidade escolar na gestão da parceria público-privada no Ensino Médio em Santarém-Pará. **Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem-Estar**, Humaitá, ano 2, v. 1, n. 1, p. 116-133, jan./jun. 2018.

BRITO, Barbara Moreira Barbosa de; SILVEIRA, Antonio Henrique Pinheiro. Parceria público-privada: compreendendo o modelo brasileiro. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 56, n. 1, p. 7-21, jan./mar. 2005.



CANTO, Otávio do; ALMEIDA, Jalcione; BASTOS, Rodolpho Zahluth; FARIAS, André; MENEZES, Júlio. Mineradora Alcoa: território e conflito no município de Juruti-Pará-Amazônia-Brasil. **Revista GeoAmazônia**, Belém, v. 3, n. 5, p. 63-79, jan./jun. 2015.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A tragédia e a farsa: a ascensão das direitas no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

CASTRO, Tamara. Ecoa Formação: atuação sistêmica contra as desigualdades educacionais. **Cenpec**, 13 dez. 2021. Seção Notícias. Disponível em: <https://cenpec.org.br/noticias/ecoa-formacao-atuacao-sistemica-contra-as-desigualdades-educacionais>. Acesso em: 17 ago. 2023.

CAVALCANTE, Pedro. Convergências entre a governança e o pós-nova gestão pública. **Boletim de Análise Político-Institucional**, n. 19, p. 17-23, dez. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8965>. Acesso em: 20 abr. 2024.

COMERLATTO, Luciani Paz. **A gestão da Educação no contexto da sociedade capitalista: a parceria público-privada**. 2013. 265 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

COMERLATTO, Luciani Paz. A educação no contexto da crise estrutural do capitalismo: o Instituto Ayrton Senna e a sua proposta heterônoma de educação. *In*: PERONI, Vera Maria Vidal; ROSSI, Alexandre José; LIMA, Paula Valim de (org.). **Diálogos sobre a relação entre o público e o privado no Brasil e América Latina**. São Paulo: Livraria da Física, 2021. p. 161-178.

COSTA, José Andrade. As Parcerias Público-Privadas (PPPs) e o Programa do Estado da Bahia. **Revista Bahia Invest - Sefaz BA**, Salvador, v. 4, 2006. Disponível em: <https://yumpu.com/pt/document/view/26202278/revista-bahia-invest-sefaz-ba>. Acesso em: 28 fev. 2022.

COSTA NETO, Rolando Azevedo da. **Parcerias público-privadas (PPPs)**. 2008. 106 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Departamento de Ciências Administrativas, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

DECKER, Aline; EVANGELISTA, Olinda. Educação na lógica do Banco Mundial: formação para a sociedade capitalista. **Roteiro**, Joaçaba, v. 44, n. 3, p. 1-24, 2019.

GALHARDO, Caroline Cristina; NAMBA, Isabel Cristina Kimie. **Relatório do Documentário Responsabilidade Social Corporativa: o caso do Instituto Alcoa**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social - Jornalismo) –



Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2012.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. Estado gerencial, reestruturação educativa e gestão da educação. **RBPAE – Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 63-78, jan./abr. 2008.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. Reorganização gerencialista da escola e trabalho docente. **Educação: Teoria e Prática**, Rio Claro, v. 21, n. 38, p. 59-78, out./dez. 2011.

HYPOLITO, Álvaro Moreira; LEITE, Maria Cecília Lorea. Modos de gestão e políticas de avaliação: entre o gerencialismo e a democracia. In: WERLE, Flávia (org). **Avaliação em larga escala: questões polêmicas**. Brasília: Liber Livro, 2012. p. 135-152.

INSTITUTO ALCOA. **Balanco Instituto Alcoa 2016**. Instituto Alcoa, 2016. Disponível em: <https://alcoa.com/brasil/pt/pdf/balanco-ia-2016.pdf>. Acesso em: 22 set. 2022.

INSTITUTO ALCOA. **Relatório de atividades 2019**: edição comemorativa 30 anos. Instituto Alcoa, 2019. Disponível em: <https://alcoa.com/brasil/pt/pdf/balanco-ia-2019.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2023.

INSTITUTO ALCOA. **Relatório de atividades 2020**. Instituto Alcoa, 2020. Disponível em: <https://alcoa.com/brasil/pt/pdf/relatorio-IA-2020.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2023.

INSTITUTO ALCOA. **Relatório de atividades 2021**. Seção Educação – Ecoa Gestão. Disponível em: <https://relatoriodeatividadesia.com.br/educacao>. Acesso em: 08 ago. 2023.

INTERAÇÃO URBANA. **Apoio à Gestão da Educação Pública Municipal**. 13 abr. 2020. Seção Soluções. Disponível em: <https://interacaourbana.com.br/?p=1516>. Acesso em: 08 ago. 2023.

IVO, Andressa Aita; HYPOLITO, Álvaro Moreira. Políticas gerenciais em educação: efeitos sobre o trabalho docente. **Currículo sem Fronteiras**, [S. l.] v. 15, n. 2, p. 365-379, mai./ago. 2015.

IVO, Andressa Aita; HYPOLITO, Álvaro Moreira. Sistemas de avaliação em larga escala e repercussões em diferentes contextos escolares: limites da padronização gerencialista. **RBPAE – Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Brasília, v. 33, n. 3, p. 791-809, set./dez. 2017.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2019. (Estado de sítio).

Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 34, n. 1, p. 1-26, e-rte331202502, 2025.



LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 107-121, 2002.

MARTINS, Erika Moreira. **Todos pela Educação?** Como os empresários estão determinando a política educacional brasileira. São Paulo: Lamparina, 2016.

NEWMAN, Janet; CLARKE, John. Gerencialismo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 353-381, mai./ago. 2012.

NOSSOS PROGRAMAS. **Alcoa**, [S. d.]. Seção Instituto Alcoa. Disponível em: <https://alcoa.com/brasil/pt/institute/programs>. Acesso em: 01 out. 2023.

OLIVEIRA, Cristina Maria Bezerra de. **O programa formar/curso gestão para aprendizagem da Fundação Lemann como processo de institucionalização do Gerencialismo nas escolas de educação básica alagoana: implicações para a democratização da educação**. 2021. 423 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

OUR HISTORY: A Legacy of Innovation. **Alcoa**, [S. d.]. Seção Company – Our History. Disponível em: <https://alcoa.com/global/en/who-we-are/history>. Acesso em: 01 out. 2023.

PACKER, Débora Kohler; GHISLENI, Giancarlo Maturano. A efetividade das parcerias público-privadas no Brasil: uma perspectiva comparada. **Revista de Estudos Jurídicos da UNESP**, Franca, v. 18, n. 28, [n.p.], jul./dez. 2014.

PERONI, Vera Maria Vidal; CAETANO, Maria Raquel. O público e o privado na educação: projetos em disputa? **Retratos da Escola**, Brasília, v. 9, n. 17, p. 337-352, jul./dez. 2015.

PERONI, Vera Maria Vidal; OLIVEIRA, Cristina Maria Bezerra de. O marco regulatório e as parcerias público-privadas no contexto educacional. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 15, n. 31, p. 38-57, jan./mar. 2019.

PIRES, Daniela de Oliveira; PERONI, Vera Maria Vidal. A história da educação brasileira sob o enfoque da relação público-privada: limites e possibilidades para a sua democratização. **Revista Contrapontos**, Itajaí, v. 19, n. 2, p. 10-27, jan./dez. 2019.

RIBEIRO, Vanuza Campos. **A parceria público-privada na Amazônia: impactos na gestão escolar do ensino médio em Santarém-Pará**. 2017. 198 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2017.



RIKOWSKI, Glenn. Privatização em educação e formas de mercadoria. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 393-414, jul./dez. 2017.

ROBERTSON, Susan; VERGER, Antoni. A origem das parcerias público-privada na governança global da educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 121, p. 1133-1156, out./dez. 2012.

SANTOS, Terezinha Fátima de Andrade Monteiro dos. As parcerias público-privadas no contexto educacional amazônico: novas formas para velhas questões. **Margens: Revista Interdisciplinar**, Abaetetuba, v. 11, n. 16, p. 9-24, jun. 2017.

SCHERER, Susana Schneid; NASCIMENTO, Flávia Marchi; CÓSSIO, Maria de Fátima. Parcerias público-privadas: atuação do Instituto Ayrton Senna na educação pública do estado do RS. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 41, p. 1-18; e241715, 2020.

SHIROMA, Eneida Oto; EVANGELISTA, Olinda. Estado, capital e educação: reflexões sobre hegemonia e redes de governança. **Revista Educação e Fronteiras**, Dourados, v. 4, n. 11, p. 21-38, mai./ago. 2014.

SOBRE O INSTITUTO. **Alcoa**, [S. d.]. Seção Instituto Alcoa. Disponível em: <https://alcoa.com/brasil/pt/institute/about>. Acesso em 01 out. 2023.

STRASBURG, Quênia Renee; CORSETTI, Berenice. Em destaque: a nova gestão escolar. **RBPAE – Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Brasília, v. 37, n. 2, p. 1008-1031, mai./ago. 2021.

TERMO de Parceria entre Instituto Alcoa e Secretaria Municipal de Educação de Juruti-PA. Juruti: SEMED, 2021.

SOBRE A AUTORIA:

[*] Mestre em Educação – Universidade Federal do Rio Grande. <https://orcid.org/0009-0009-6157-9339> – erasmosoares_@hotmail.com

[**] Doutora em Educação – Universidade Federal do Rio Grande. <https://orcid.org/0000-0003-2583-3263> – magdabreufurg@gmail.com



RTE REVISTA
TEMAS EM
EDUCAÇÃO

ISSN
VERSÃO IMPRESSA: 0104-2777
VERSÃO ONLINE: 2359-7003



DOI: 10.22478/ufpb.2359-7003.2025v34n1.69150

ErasmO Soares dos Santos, Magda de Abreu Vicente
**As parcerias público-privadas em Educação: o
Programa Ecoa Gestão do Instituto Alcoa**

Submetido em: Maio de 2024.

Aprovado em: Outubro de 2024

Publicado em: Janeiro de 2025.